

EFEITO CASCATA

Reajustes para o TJ, MP e TCE

Projetos aprovados em regime de urgência autoriza reajustes dos vencimentos dos magistrados, promotores e conselheiros de contas

GIOVANNA MARINHO
giovanna@acritica.com

Após aumento concedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e aos membros do Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) aprovou, ontem, o reajuste salarial para os integrantes do Ministério Público do Amazonas (MP-AM), Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM) e Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM). Todas as propostas tramitam em regime de urgência.

O valor pago aos membros do STF baliza as remunerações do funcionalismo público. O reajuste concedido à Corte, aprovado pelo Congresso em dezembro do

ano passado, será parcelado até 2025. Em abril, o salário dos ministros passará de R\$ 39.293,32 para R\$ 41.650,92. A partir de 2025, a renda chegará a R\$ 46.366,19.

O reajuste para "recomposição da inflação" foi usado pelos órgãos na justificativa apresentada no projeto de lei. Tanto as cortes, quanto o órgão ministerial afirmaram ter dinheiro no orçamento para permitir o reajuste.

TJ-AM

No caso do TJ-AM, o salário dos desembargadores corresponde a 95% dos vencimentos dos ministros do STF. Já um juiz de primeiro grau recebe entre 90% a 95% do salário dos desembargado-



Projetos enviados pelo TJ-AM, MP-AM e TCE-AM foram aprovados na sessão de ontem

Conselheiros

No TCE-AM, os conselheiros vão ganhar R\$ 37.589,95; em fevereiro de 2024 vai R\$ 39.717,69; e no ano seguinte: R\$ 41.845,49. Os auditores vão para R\$ 35.710,46; em fevereiro de 2024: R\$ 37.731,81; e em 2025: R\$ 39.753,22.

res.

Esses magistrados, que ganham R\$ 35.462,22, vão receber R\$ 37.589,96 em abril deste ano. Em fevereiro de 2024, subirá para R\$ 39.717,69, e em 2025 ficará em R\$ 41.845,49.

Os juízes de entrância final, que recebem R\$ 33.689,11, receberão R\$ 35.710,46 em abril deste ano; R\$ 37.731,80 em fevereiro de 2024; e R\$ 39.753,21 em 2025. E os de entrância inicial e os substitutos de carreira, passarão de R\$ 32.004,65 para R\$ 33.924,93 a partir de abril, R\$ 35.845,21 no próximo ano e R\$ 37.765,55 em 2025.

MP-AM

No MP-AM, os procuradores de Justiça passam a receber R\$ 37.589. Em fevereiro de 2024, o valor sobe para R\$ 37.717,69 e chega a R\$ 41.844,49 em fevereiro de 2025.

Para os promotores de entrância final, abril inicia com salário de R\$ 35.710,46, que cresce para R\$ 37.731,81 em fevereiro de 2024 e passa a R\$ 39.753,22 em fevereiro de 2025. Os de entrância inicial e substitutos ganharão R\$ 33.924,94 a partir de abril de 2024; subirá para R\$ 35.845,22; e chegará a R\$ 37.765,56 em fevereiro de 2025.

GARIMPO ILEGAL

Garimpeiros que migrarem serão presos, diz ministério

WALDICK JÚNIOR
waldick@acritica.com

O Ministério dos Povos Indígenas (MPI) afirmou que garimpeiros expulsos da Terra Indígena Yanomami que migrarem para outros territórios tradicionais serão identificados e presos. A manifestação ocorreu em nota divulgada à imprensa após organizações indígenas relatarem risco de invasão de outras áreas para

garimpagem.

"Caso sejam identificadas e comprovadas migrações de grupos para atividades ilegais de garimpo e invasões a outros territórios indígenas, o Ministério dos Povos Indígenas irá, imediatamente, acionar as forças policiais para identificação e prisão dos criminosos", diz a nota do ministério.

Segundo a pasta, é preciso ter maior fiscalização e inclusão de ou-

tros territórios no plano de expulsão dos garimpeiros, porém, os recursos ainda são limitados. Além disso, outros fatores fazem com que a TI Yanomami continue sendo prioridade.

"A TI Yanomami é também mais urgente e sensível devido à sua extensão e localização geográfica, aos altos índices de violação de direitos humanos registrados, por possuir os mais altos índices de óbitos por desnutrição e desassistência em



Garimpeiros após deixarem os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami

saúde e segurança, além de também contar presença de povos indígenas isolados e de recente contato", afirma o MPI.

Na semana passada, A CRÍTICA noticiou que o governo do Amazonas monitora a possível migração de garimpeiros de Roraima para o território amazonense. O risco surgiu após o governo federal iniciar a operação de expulsão das pessoas que estavam ilegalmente na TI Yanomami de Roraima.

Além disso, o Ministério Público Federal (MPF-AM) prepara uma comitiva para ir até a região da Terra Indígena Yanomami (TIY) localizada no Amazonas. A viagem está marcada para os dias 18 a 23 de fevereiro.